REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NOVA TERRA

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO BAIANO

Marielson Nascimento Alves[64]

Introdução

O Ensino Médio brasileiro tem se constituído, nas últimas décadas, como um espaço de intensas disputas em torno de sua identidade, finalidade formativa e organização curricular. Apesar de corresponder à etapa final da Educação Básica, apresenta fragilidades históricas relacionadas a sua função social e à garantia do direito à formação integral dos estudantes. Nesse cenário, a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 e articulada à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promoveu mudanças estruturais significativas, como a ampliação da carga horária, a flexibilização curricular e a criação dos itinerários formativos (Krawczyk, 2014; Filho, 2024).

Essas transformações impactam diretamente os componentes curriculares, entre eles a Educação Física, que passa a ocupar um lugar reconfigurado no interior da Área de Linguagens e suas Tecnologias. Tal reposicionamento intensifica disputas sobre sua obrigatoriedade, sua função formativa e sua permanência no currículo, especialmente em um contexto marcado pela flexibilização e pela diversificação

[64] Mestrando pelo Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação Física pela Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB).

dos percursos formativos. No estado da Bahia, esse processo materializa-se por meio do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), aprovado em 2022, que orienta a implementação do chamado Novo Ensino Médio – NEM (Bahia, 2022a, 2022b). A construção desse documento ocorreu em meio a tensões entre o atendimento às normativas nacionais e a tentativa de valorização das especificidades regionais, evidenciando contradições próprias das políticas educacionais contemporâneas.

Face ao esposto, o objetivo geral deste estudo é analisar, de forma ensaística, os impactos da Reforma do Ensino Médio sobre a Educação Física Escolar na rede pública estadual da Bahia. Como objetivos específicos, busca-se: compreender as bases políticas e ideológicas que orientam a reforma; analisar o processo de construção e implementação do DCRB; identificar os impactos da reorganização curricular sobre a Educação Física; e discutir as contradições entre o plano normativo e sua materialização nas escolas públicas.

Diante disso, o presente trabalho analisa a Educação Física Escolar no contexto da Reforma do Ensino Médio, destacando os impactos das políticas educacionais nacionais e seus desdobramentos no contexto baiano.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter analítico-documental, articulada à experiência profissional do autor no processo de elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia. Foram analisados

documentos oficiais, como a BNCC, o Plano Nacional de Educação (2014–2024) e o DCRB, além de produções teóricas do campo das políticas educacionais e da Educação Física crítica. A análise parte da compreensão das políticas educacionais como arenas de disputa entre diferentes projetos de sociedade, buscando evidenciar tensões entre uma perspectiva orientada pela formação humana integral e outra alinhada à racionalidade neoliberal, marcada pela flexibilização curricular, pela gestão por resultados e pela adequação às demandas do mercado.

Resultados e discussão

Os resultados indicam que a Reforma do Ensino Médio está inserida em um movimento mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais, fortemente influenciado por princípios neoliberais (Krawczyk, 2014; Filho, 2024). Nesse contexto, observa-se a centralidade de discursos que valorizam a flexibilização curricular, o protagonismo juvenil e a diversificação dos percursos formativos, ao mesmo tempo em que se fragiliza a garantia de uma formação comum consistente.

No estado da Bahia, a elaboração do DCRB representou um esforço coletivo de construção curricular, envolvendo professores da rede pública e técnicos educacionais. Contudo, esse processo foi atravessado por contradições, especialmente pela necessidade de adequação às diretrizes nacionais e pelas condições adversas impostas pelo período pandêmico, que limitaram a participação dos estudantes e dificultaram o debate ampliado. A implementação do Novo Ensino Médio revelou

fragilidades significativas, como a ausência de formação docente adequada, a reorganização curricular acelerada e a ampliação de componentes para os quais muitos professores não possuem formação específica. Esse cenário impacta diretamente as condições de trabalho docente e a qualidade da oferta educacional, gerando insegurança e sobrecarga profissional.

No que se refere à Educação Física, observa-se o risco de perda de centralidade curricular, decorrente da flexibilização e da reorganização da formação geral básica. Historicamente consolidada como componente comprometido com a cultura corporal e com a formação crítica dos estudantes, a área passa a ser tensionada por lógicas que podem reduzir seu tempo pedagógico e comprometer o acesso sistematizado aos seus conteúdos escolares.

Além disso, as desigualdades territoriais no estado da Bahia intensificam os efeitos da Reforma. A organização em Territórios de Identidade evidencia assimetrias estruturais que impactam diretamente a capacidade das escolas de ofertar os itinerários formativos previstos. Nesse contexto, a flexibilização curricular pode aprofundar desigualdades educacionais, limitando o acesso dos estudantes a determinados conhecimentos e experiências formativas.

Assim, a distância entre o que é prescrito nas políticas e o que é efetivamente realizado nas escolas revela limites estruturais importantes, evidenciando que a materialização da Reforma depende de condições que extrapolam o plano normativo.

Considerações finais

A análise evidencia que a Reforma do Ensino Médio, embora apresentada como estratégia de modernização da educação, produz efeitos contraditórios quando implementada no contexto das redes públicas. No caso da Bahia, o DCRB constitui um marco relevante ao buscar articular diretrizes nacionais e especificidades regionais, mas sua efetivação ocorre em meio a desafios estruturais, formativos e políticos.

Para a Educação Física Escolar, os impactos são particularmente significativos, exigindo a defesa de sua centralidade no currículo e da garantia do acesso aos conhecimentos da cultura corporal como direito social. A flexibilização curricular, quando não acompanhada de condições materiais adequadas, tende a fragilizar esse direito e a ampliar desigualdades.

Diante disso, torna-se fundamental fortalecer uma perspectiva de justiça curricular, capaz de reconhecer as desigualdades territoriais e promover práticas pedagógicas comprometidas com a formação integral, a equidade e a valorização das identidades culturais.

Referências

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 111/2022**. Aprova o Documento Curricular Referencial da Bahia – Ensino Médio. Salvador: CEE-BA, 2022a.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio**. Salvador: SEC-BA, 2022b.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Portaria nº 77, de 18 de janeiro de 2025**. Reformula o currículo do Ensino Médio na rede estadual. Salvador: SEC-BA, 2025.

BAHIA. **Lei nº 8.970, de 1994**. Define a estrutura e funcionamento do Instituto Anísio Teixeira (IAT), órgão em regime especial de administração direta da Secretaria Estadual da Educação da Bahia. Salvador, 1994.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394/1996 e nº 11.494/2007 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 fev. 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017b.

FILHO, J. R. T. L. **O Novo Ensino Médio e o currículo da Educação Física nas escolas estaduais do Recôncavo Baiano**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié, Bahia, 2024.

KRAWCZYK, N.. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/CBZXrVytNYJvJrdWhvjwP7L/abstract/?lang=pt. Aceso em: 10 ago. 2026.